

As dúvidas foram devidamente esclarecidas. A seguir, a Sra. Débora e a Comissão analisaram e fez respondido o questionário do Piso Mineiro SIM-SUAS, o qual posteriormente será lançado no Sistema de Informações e Monitoramento de Menas Especiais, além de ser apresentado em próxima reunião do Conselho Municipal de Assistência Social. A Sra. Débora, esclareceu que o referido questionário refere-se a Dezembro de 2017 e tem como objetivo monitorar a execução dos recursos de incentivo à melhoria da qualidade da gestão dos serviços de proteção social especial de alta complexidade em unidades públicas de acolhimento. Por fim, a Prestação de Contas dos Recursos do Piso Mineiro de Assistência Social referente ao período de 01/07/2017 à 31/12/2017 foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião, eu Andréia Cristina Gonçalves, larei a ata que após lida e aprovada será arquivada por todos. Assinatura: Andréia Cristina Gonçalves, Maria Francisca Faleiros Resende, Maria Francisca Faleiros Resende, Francisca Souza Resende, e com a seguinte pauta: Apresentação Relatório SIMSUAS; Apresentação do Plano Municipal de Acolhimento Institucional; Inscrição do Abrigo Institucional Municipal no CMAS; Mudança da Comissão de visitas de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família – Cadastro Único. Débora agradece a presença de todos, inicia relatando sobre a alteração da lei municipal de criação do CMAS. Lei 16/97, relata sobre os critérios de fiscalização das entidades socioassistenciais. Em relação à mudança da Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social para visitas às Entidades e Organizações Socioassistenciais do município de Monte Carmelo passam a fazer parte: Érina Soares da Silva e Camila Souza Ferreira (governamental), Joice Mundim e Emília Cunha Vieira (não governamental), e a fiscalização passa a ser anual, de acordo com todos os membros do conselho. E o prazo para a certificação das entidades passa a ser de dois anos. Ambos os prazos deliberado em unanimidade. Será criada a Resolução para a fiscalização das entidades e após a sua deliberação e publicação, serão realizadas as visitas. Em seguida, Débora relata sobre as alterações proferidas na Resolução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Centro-Dia) ofertado pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carmelo, todos os membros concordam e a resolução será novamente publicada em Diário Oficial. Prosseguindo, Débora informa sobre a adesão do município de Monte Carmelo ao PROGRAMA REDE CUIDAR, do Governo do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei nº 22.597, de 19 de julho de 2017. O programa garante o repasse de R\$30.000,00 (trinta mil reais), em parcela única, para ser utilizado no Abrigo Institucional Senhor Manoelzinho, em itens conforme consta no Plano de Aprimoramento. Débora informa também sobre a importância dos conselheiros visitarem o blog do SUAS, justificando que o site possui muitas informações relevantes. São passadas também informações sobre o atual plano de ação do Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva (2018), para conhecimento e apreciação do CMAS. Em seguida, é apresentado ao CMAS o Plano Municipal de Acolhimento Institucional, que é um instrumento de planejamento da gestão municipal contendo ações, metas e prazos visando à adequação da oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, para apreciação e aprovação, ratificado por todos do CMAS. A comissão de Prestação de Contas do CMAS repassa as informações da Prestação de Contas dos Recursos Estadual e Federal do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, de Monte Carmelo/MG, referente ao Piso Mineiro, referente ao mês de julho a dezembro de 2017. Lembrando que o referida prestação já foi apresentada a comissão designada para esse fim no dia 22 de fevereiro de 2018, aprovada em ata. Finalizando, o CMAS de Monte Carmelo aprova a referida Prestação de Contas. Nada mais a acrescentar, foi encerrada a reunião. E, para constar,

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

07/03/2018 – ATA Nº 65 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

Ata nº 65/2018 – Reunião Ordinária – No sétimo dia do mês de março, do ano de dois mil e dezoito, às oito e trinta, na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, situada na Praça Celso Bueno, 24 – Centro, deu-se início a reunião ordinária do CMAS, com os Conselheiros presentes: Maria Francisca Faleiros Resende; Débora Muniz Quaiatto Machado; Márcia Regina Gonçalves Cardoso; Emília Cunha Vieira, Érina Soares da Silva; Iolanda Gomes Sunahara, Camila Souza Ferreira, Andréia Cristina Gonçalves, Joice Mundim, Naziro João da Silva, Maria Francisca Faleiros Resende, Francisca Souza Resende, e com a seguinte pauta: Apresentação Relatório SIMSUAS; Apresentação do Plano Municipal de Acolhimento Institucional; Inscrição do Abrigo Institucional Municipal no CMAS; Mudança da Comissão de visitas de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família – Cadastro Único. Débora agradece a presença de todos, inicia relatando sobre a alteração da lei municipal de criação do CMAS. Lei 16/97, relata sobre os critérios de fiscalização das entidades socioassistenciais. Em relação à mudança da Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social para visitas às Entidades e Organizações Socioassistenciais do município de Monte Carmelo passam a fazer parte: Érina Soares da Silva e Camila Souza Ferreira (governamental), Joice Mundim e Emília Cunha Vieira (não governamental), e a fiscalização passa a ser anual, de acordo com todos os membros do conselho. E o prazo para a certificação das entidades passa a ser de dois anos. Ambos os prazos deliberado em unanimidade. Será criada a Resolução para a fiscalização das entidades e após a sua deliberação e publicação, serão realizadas as visitas. Em seguida, Débora relata sobre as alterações proferidas na Resolução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Centro-Dia) ofertado pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carmelo, todos os membros concordam e a resolução será novamente publicada em Diário Oficial. Prosseguindo, Débora informa sobre a adesão do município de Monte Carmelo ao PROGRAMA REDE CUIDAR, do Governo do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei nº 22.597, de 19 de julho de 2017. O programa garante o repasse de R\$30.000,00 (trinta mil reais), em parcela única, para ser utilizado no Abrigo Institucional Senhor Manoelzinho, em itens conforme consta no Plano de Aprimoramento. Débora informa também sobre a importância dos conselheiros visitarem o blog do SUAS, justificando que o site possui muitas informações relevantes. São passadas também informações sobre o atual plano de ação do Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva (2018), para conhecimento e apreciação do CMAS. Em seguida, é apresentado ao CMAS o Plano Municipal de Acolhimento Institucional, que é um instrumento de planejamento da gestão municipal contendo ações, metas e prazos visando à adequação da oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, para apreciação e aprovação, ratificado por todos do CMAS. A comissão de Prestação de Contas do CMAS repassa as informações da Prestação de Contas dos Recursos Estadual e Federal do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, de Monte Carmelo/MG, referente ao Piso Mineiro, referente ao mês de julho a dezembro de 2017. Lembrando que o referida prestação já foi apresentada a comissão designada para esse fim no dia 22 de fevereiro de 2018, aprovada em ata. Finalizando, o CMAS de Monte Carmelo aprova a referida Prestação de Contas. Nada mais a acrescentar, foi encerrada a reunião. E, para constar,

eu, Wander Vasconcelos, larei a ata, que depois de lida foi assinada por todos. Presentes: Maria Francisca Faleiros Resende, Débora Muniz Quaiatto Machado, Márcia Regina Gonçalves Cardoso, Emília Cunha Vieira, Érina Soares da Silva, Iolanda Gomes Sunahara, Camila Souza Ferreira, Andréia Cristina Gonçalves, Joice Mundim, Naziro João da Silva, Maria Francisca Faleiros Resende, Francisca Souza Resende, e com a seguinte pauta: Apresentação Relatório SIMSUAS; Apresentação do Plano Municipal de Acolhimento Institucional; Inscrição do Abrigo Institucional Municipal no CMAS; Mudança da Comissão de visitas de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família – Cadastro Único. Débora agradece a presença de todos, inicia relatando sobre a alteração da lei municipal de criação do CMAS. Lei 16/97, relata sobre os critérios de fiscalização das entidades socioassistenciais. Em relação à mudança da Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social para visitas às Entidades e Organizações Socioassistenciais do município de Monte Carmelo passam a fazer parte: Érina Soares da Silva e Camila Souza Ferreira (governamental), Joice Mundim e Emília Cunha Vieira (não governamental), e a fiscalização passa a ser anual, de acordo com todos os membros do conselho. E o prazo para a certificação das entidades passa a ser de dois anos. Ambos os prazos deliberado em unanimidade. Será criada a Resolução para a fiscalização das entidades e após a sua deliberação e publicação, serão realizadas as visitas. Em seguida, Débora relata sobre as alterações proferidas na Resolução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Centro-Dia) ofertado pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carmelo, todos os membros concordam e a resolução será novamente publicada em Diário Oficial. Prosseguindo, Débora informa sobre a adesão do município de Monte Carmelo ao PROGRAMA REDE CUIDAR, do Governo do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei nº 22.597, de 19 de julho de 2017. O programa garante o repasse de R\$30.000,00 (trinta mil reais), em parcela única, para ser utilizado no Abrigo Institucional Senhor Manoelzinho, em itens conforme consta no Plano de Aprimoramento. Débora informa também sobre a importância dos conselheiros visitarem o blog do SUAS, justificando que o site possui muitas informações relevantes. São passadas também informações sobre o atual plano de ação do Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva (2018), para conhecimento e apreciação do CMAS. Em seguida, é apresentado ao CMAS o Plano Municipal de Acolhimento Institucional, que é um instrumento de planejamento da gestão municipal contendo ações, metas e prazos visando à adequação da oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, para apreciação e aprovação, ratificado por todos do CMAS. A comissão de Prestação de Contas do CMAS repassa as informações da Prestação de Contas dos Recursos Estadual e Federal do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, de Monte Carmelo/MG, referente ao Piso Mineiro, referente ao mês de julho a dezembro de 2017. Lembrando que o referida prestação já foi apresentada a comissão designada para esse fim no dia 22 de fevereiro de 2018, aprovada em ata. Finalizando, o CMAS de Monte Carmelo aprova a referida Prestação de Contas. Nada mais a acrescentar, foi encerrada a reunião. E, para constar,

07/03/2018 – ATA Nº 65 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

eu, Wander Vasconcelos, larei a ata, que depois de lida foi assinada por todos. Presentes: Maria Francisca Faleiros Resende, Débora Muniz Quaiatto Machado, Márcia Regina Gonçalves Cardoso, Emília Cunha Vieira, Érina Soares da Silva, Iolanda Gomes Sunahara, Camila Souza Ferreira, Andréia Cristina Gonçalves, Joice Mundim, Naziro João da Silva, Maria Francisca Faleiros Resende, Francisca Souza Resende, e com a seguinte pauta: Apresentação Relatório SIMSUAS; Apresentação do Plano Municipal de Acolhimento Institucional; Inscrição do Abrigo Institucional Municipal no CMAS; Mudança da Comissão de visitas de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família – Cadastro Único. Débora agradece a presença de todos, inicia relatando sobre a alteração da lei municipal de criação do CMAS. Lei 16/97, relata sobre os critérios de fiscalização das entidades socioassistenciais. Em relação à mudança da Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social para visitas às Entidades e Organizações Socioassistenciais do município de Monte Carmelo passam a fazer parte: Érina Soares da Silva e Camila Souza Ferreira (governamental), Joice Mundim e Emília Cunha Vieira (não governamental), e a fiscalização passa a ser anual, de acordo com todos os membros do conselho. E o prazo para a certificação das entidades passa a ser de dois anos. Ambos os prazos deliberado em unanimidade. Será criada a Resolução para a fiscalização das entidades e após a sua deliberação e publicação, serão realizadas as visitas. Em seguida, Débora relata sobre as alterações proferidas na Resolução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Centro-Dia) ofertado pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carmelo, todos os membros concordam e a resolução será novamente publicada em Diário Oficial. Prosseguindo, Débora informa sobre a adesão do município de Monte Carmelo ao PROGRAMA REDE CUIDAR, do Governo do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei nº 22.597, de 19 de julho de 2017. O programa garante o repasse de R\$30.000,00 (trinta mil reais), em parcela única, para ser utilizado no Abrigo Institucional Senhor Manoelzinho, em itens conforme consta no Plano de Aprimoramento. Débora informa também sobre a importância dos conselheiros visitarem o blog do SUAS, justificando que o site possui muitas informações relevantes. São passadas também informações sobre o atual plano de ação do Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva (2018), para conhecimento e apreciação do CMAS. Em seguida, é apresentado ao CMAS o Plano Municipal de Acolhimento Institucional, que é um instrumento de planejamento da gestão municipal contendo ações, metas e prazos visando à adequação da oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, para apreciação e aprovação, ratificado por todos do CMAS. A comissão de Prestação de Contas do CMAS repassa as informações da Prestação de Contas dos Recursos Estadual e Federal do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, de Monte Carmelo/MG, referente ao Piso Mineiro, referente ao mês de julho a dezembro de 2017. Lembrando que o referida prestação já foi apresentada a comissão designada para esse fim no dia 22 de fevereiro de 2018, aprovada em ata. Finalizando, o CMAS de Monte Carmelo aprova a referida Prestação de Contas. Nada mais a acrescentar, foi encerrada a reunião. E, para constar,

Gina Oliveira Tavares

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG, EDITAL DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 15/2018. O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 23 de Março de 2018, às 09:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, situado à Praça Getúlio Vargas nº 242 – 3º Andar, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP – nº 15/2018, tipo Menor Preço por Item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Transporte de Passageiros para a Locação de Ônibus, Micro ônibus e Vans, para viagens intermunicipais e interestaduais, para atender os pacientes do SUS, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Carmelo - MG, com Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar a Diretoria de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 12 de março de 2018. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 007/2018

Objeto: REFERE-SE À REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE DIVERSAS ANÁLISES LABORATORIAIS NOS SEGUÍNTES LOCAIS: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), ATERRAMENTO SANITÁRIO MUNICIPAL E NA ÁGUA POTÁVEL DISTRIBUIDA NO MUNICIPIO DE MONTE CARMELO, DE RESPONSABILIDADE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO.

Processo nº: 007/2018

Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços nº: 005/2018;

Edital nº: 005/2018;

Tipo: Menor Preço Global;

Partes: Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo
CNPJ: 22.604.896/0001-50 e Araxá ambiental Ltda CNPJ: 03.417.494/0001-00;

Vigência: 12 meses;

Valor: R\$ 92.700,00 (Noventa e dois mil e setecentos reais);

Data: 13 de março de 2018.

Kairo Sebastiao Faleiros Pregoeiro

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 242](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)



Órgão Oficial do Município **Dia 13 de Março de 2018** **Ano XII** **Nº 1404**
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI Nº 1439, DE 06 DE MARÇO DE 2018.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA QUE ESPECIFICA E CONCEDE O MUNICÍPIO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MOVIMENTO SALVE JAH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)** visando à criação de nova dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04- Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36- Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	05-Bloco da Vigilância		
Função	10- Saúde		
Subfunção	305- Vigilância Epidemiológica		
Programa	4005- Saúde Integral e humanizada para todos		
Projeto/Atividade es	3.004- Subvenção à Associação Movimento Salve Jah		
Elemento	3.3.50.43.00.0-0-Subvenções Sociais	Fte Recursos: 102 – Receitas de imp. e de transf. de impostos Vinc. à Saúde	Valor R\$ 30.000,00

Total Geral: R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, serão utilizados como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente, conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04- Fundo Municipal Saúde		
Unidade	35 – Secretaria Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	01-Bloco de Gestão		
Função	10- Saúde		
Subfunção	122-Administração Geral		
Programa	4001- Governo p/ todos c/ respons. Eficiência e Transparência		
Projeto/Atividade es	2.300 – Gestão das Ações da Secretaria da Saúde		
Elemento	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Fte Recursos: 102– Receitas de imp. e de transf. de impostos vinc à saúde	Valor R\$ 30.000,00

Total Geral: R\$ 30.000,00

Art. 3º - Fica incluso no Programa 4005 – Saúde Integral e humanizada para todos, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2018-2021 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta lei conforme determina no art. 3º da Lei n.º 1414 de 13 de dezembro de 2017.

Art. 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018, Lei Municipal nº 1378 de 20 de junho de 2017, o seguinte Projeto/Atividade:

Projeto/Atividade: 3.004 - Subvenção à Associação Movimento Salve Jah.

Art. 5º - Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com o “Movimento Salve Jah”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 17.555.726/0001-93, e lhe conceder subvenção na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), visando realizar o controle populacional de cães e gatos, machos e fêmeas, através da castração cirúrgica; dar assistência aos animais não domiciliados e de famílias de baixa renda, por meio de identificação,

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

castração, vacinação, controle de endoparasitas, além de fazer cumprir o Decreto Federal n. 24.645/34 e a Lei n. 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais).

Parágrafo Único - O pagamento será realizado em parcela única, vencendo a 30 (trinta) dias após a entrada em vigor da presente lei.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 06 de março de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2055, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

“Institui a apresentação periódica da Declaração de Serviços Prestados pelas Instituições Financeiras que deverá ser efetuada eletronicamente por meio do sistema de Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, no âmbito do Município de Monte Carmelo – MG”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º - A partir de 1.º de março de 2018, fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, sistema de declaração eletrônica para registro, cálculo e emissão do respectivo documento de arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS devido pelas Instituições Financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Art. 2.º - A transmissão da DES-IF, sua validação e certificação digital, serão feitas por meio do Sistema Informatizado, ambiente SIMPLISS, disponibilizado aos contribuintes, por meio da rede mundial de computadores, internet, no sítio da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - www.montecarmelo.mg.gov.br, para a importação de dados que a compõem, das bases de dados das Instituições Financeiras e equiparadas e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o COSIF.

Art. 3.º - A validação da declaração, descrita no Artigo 2.º, dar-se-á após o processamento com sucesso do arquivo transmitido à Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

Art. 4.º - A validade jurídica da DES-IF é assegurada pela certificação e assinatura digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, garantindo segurança, não repúdio e integridade das informações declaradas ao Fisco Municipal.

Art. 5.º - A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:

I – Apuração Mensal do ISS que deverá ser gerada mensalmente e entregue ao Fisco Municipal até o dia 10 do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

- a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil;
- b) o conjunto de informações que demonstram a apuração do ISS mensal;
- c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição.

II – Demonstrativo Contábil deverá ser entregue anualmente ao Fisco Municipal no mês de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

- a) os Balancetes Analíticos Mensais;
b) o Demonstrativo de rateio de resultados internos.

III – Informações Comuns aos Municípios que deverá ser transmitido anualmente ao Fisco Municipal até o dia 15 do mês de fevereiro do ano em curso e sempre que houver alterações no PGCC ou nas Tabelas, contendo:

- a) o Plano Geral de Contas Comentado – PGCC;
b) a Tabela de tarifas de serviços da instituição;
c) a Tabela de identificação de serviços de remuneração variável.

IV – Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis que deverá ser gerado anualmente até o dia 15 do mês de julho do ano seguinte ao de competência dos dados declarados, ocorrendo a entrega somente por meio de intimação do fisco, conforme prazo e conteúdo solicitado.

Parágrafo único - O Fisco Municipal se reserva ao direito de solicitar estes e outros dados e informações, com prazos diversos dos previstos no *caput* deste artigo, sempre que entender ser necessário para verificação de conformidade na homologação do ISS.

Art. 6.º - Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas neste decreto, bem como as incorreções ou omissões dela decorrentes, ficam sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal vigente.

Art. 7.º - Os prestadores de serviços de que trata este decreto ficam obrigados ao cumprimento da obrigação acessória nele prevista, a partir de 1º de maio de 2018.

Parágrafo único - Os obrigados ao cumprimento desta declaração poderão utilizá-la de forma facultativa até 30 de abril de 2018.

Art. 8.º - O recolhimento do ISS devido deverá ser efetuado por meio do Documento de Arrecadação Municipal da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DAM – DES-IF) gerado pelo Sistema SIMPLISS DES-IF, até o dia 15 do mês subsequente à ocorrência do fato gerador, ou ainda, no primeiro dia útil após o dia 15, quando este incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 9.º - O Documento de Arrecadação Municipal da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DAM – DES-IF) será emitido com base nas declarações nos moldes do artigo 5.º.

Art. 10 - O pagamento do ISS após o prazo definido no artigo 8.º implicará na atualização monetária do imposto devido, acrescido de multa e juros de mora, conforme previsto na Lei Municipal n.º 082, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 11 - As Instituições Financeiras e equiparadas e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o COSIF, ficam obrigadas:

I – a manter à disposição do Fisco Municipal:

- a) os seus balancetes analíticos em nível de subtítulo interno;
b) todos os documentos relacionados ao fato gerador do ISS.

Art. 12 - Os dados declarados no Sistema SIMPLISS DES-IF são de inteira responsabilidade dos prestadores e/ou tomadores de serviços, vedado ao Fisco Municipal a inserção, alteração e exclusão de dados.

Parágrafo único - O Fisco Municipal somente terá acesso à leitura dos dados declarados.

Art. 13 - As Instituições Financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o COSIF, devem continuar a declarar, nos mesmos moldes em que vem declarando, os documentos fiscais recebidos referentes aos serviços tomados de terceiros, nos termos do Decreto Municipal n.º 1.127, de 1.º de abril de 2013.

Art. 14 - Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura.

Monte Carmelo, 15 de fevereiro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2056, DE 08 DE MARÇO DE 2018.

“Decreta ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Autarquias”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica considerado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Autarquias o dia 29 (vinte e nove) de março de 2018.

Art. 2.º - Fica mantida a manutenção dos serviços considerados essenciais e imprescindíveis a critério das autoridades competentes.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura

Monte Carmelo, 08 de março de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento Urbano Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Rua: Tito Fulgêncio, nº 117 (entrada pela Travessa: João Pessoa, na antiga Secretaria Municipal de Saúde) Bairro: Centro – CEP: 38.500-000		NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 162/2018
---	--	--

DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A):			
NOME:	HELENA FURTADO MAIA		
ENDEREÇO:	RUA ELIAS AUGUSTO DE MOARAIS, 150		
BAIRRO:	MORADA NOVA	MUNICÍPIO:	MONTE CARMELO
ESTADO:	MG		
TELEFONE:	E-MAIL:		
CNPJ/CPF:	212.383.756-34	QUADRA: G	LOTE: 3
INSCR./ESTAB.:	7000	ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA	ELIAS AUGUSTO DE MORAIS, 150, MORADA NOVA

HISTÓRICO
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(is) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado.

LOCAL E DATA
Monte Carmelo – Minas Gerais, 07 de MARÇO de 2018.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA
NOME: IDALINA MARIA AUXILIADORA MENDES VELOSO
CARGO: ESPECIALISTA TRIBUTÁRIO/ 438.968
ASSINATURA

CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 162/2018, em de de 2018.
NOME: RG/ CPF:
ASSINATURA:

ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Nº NE EMITIDA: 162/2018	FABIO SOARES FISCAL DE TRIBUTOS/ MATRÍCULA: 19.070 ASSINATURA:

Fluxo: 1ª via – Contribuinte; 2ª via – Fisco Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
N.º 030/97, de 28 de abril de 1997

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 07 DE MARÇO DE 2018

RESOLUÇÃO Nº 01/2018
CMAS
MONTE CARMELO/MG

Dispõe sobre a Prestação de Contas dos Recursos Federal e Estadual do Fundo Municipal de

Assistência Social – Piso Mineiro de Monte Carmelo/MG – Relatório SIMSUAS (julho a dezembro/2017)

O Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo/MG - CMAS, no uso de suas atribuições, fundamentadas pela Lei 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei 12.435/2011,

CONSIDERANDO

A Deliberação do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social – em Reunião Ordinária, realizada em 07 de Março de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos Estadual e Federal do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, de Monte Carmelo/MG, no exercício de julho a dezembro de 2017, referente ao Piso Mineiro de Assistência Social – Relatório SIMSUAS;

Art. 2º Foram observados, na execução das atividades, todos os princípios exigidos pela legislação aplicada à Administração Pública.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Monte Carmelo, 07 de Março de 2018

Debora Muniz Quaiatto Machado
DEBORA MUNIZ QUAIATTO MACHADO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo/MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
N.º 030/97, de 28 de abril de 1997

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 07 DE MARÇO DE 2018

RESOLUÇÃO Nº 02/2018
CMAS
MONTE CARMELO/MG

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE VISITAS ÀS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE MONTE CARMELO/MG”

O Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo/MG, no uso de suas atribuições, na Sessão Plenária realizada dia 26 de abril de 2017, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº 12.435/2011:

CONSIDERANDO a Resolução nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

CONSIDERANDO que as entidades e organizações de assistência social, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados no município de Monte Carmelo deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social vigente e suas Normas Operacionais, garantindo a qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar e aprovar a Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social para visitas às Entidades e Organizações Socioassistenciais do município de Monte Carmelo.

Art. 2º - A Comissão compõe-se de 04 membros paritariamente eleitos pelo CMAS, quais sejam: do Poder Público – Érina Soares da Silva e Camila Souza Ferreira; da Sociedade Civil – Joice Mundim e Emilia Cunha Vieira;

Art. 3º - Para atendimento ao estabelecido no artigo 12, incisos II e III, e artigo 13, todos da Resolução CNAS nº 16/2010, serão realizadas anualmente, em caráter obrigatório, visitas em todas as entidades e organizações socioassistenciais, assim definidas na forma da lei, que estejam inscritas ou que vierem a requerer sua inscrição no CMAS de Monte Carmelo.

Art. 5º - Na forma do artigo 12, inciso III, da sobre dita Resolução nº 16/2010, somente poderá ser pautado, discutido e deliberado pela Plenária o pedido de inscrição após realizada visita pela Comissão e emitido o respectivo parecer sobre as condições para o funcionamento da requerente.

Art. 6º - O CMAS de Monte Carmelo delibera que o prazo para fiscalização das entidades governamentais e não governamentais será anual, e o prazo de renovação ou concessão de certificado terá validade de dois em dois anos.

Monte Carmelo, 07 de março de 2017

Debora Muniz Quaiatto Machado
DEBORA MUNIZ QUAIATTO MACHADO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
N.º 030/97, de 28 de abril de 1997

RESOLUÇÃO CMAS – Nº 03, DE 07/03/2018

RESOLUÇÃO Nº 03/2018
CMAS
MONTE CARMELO/MG

“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO, CADASTRAMENTO E REFERENCIAMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE MONTE CARMELO.”

O Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº 12.435/2011;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO Resolução CNAS nº 34, de 28 de novembro de 2011 que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 27 de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos no âmbito da assistência social;

CONSIDERANDO que cabe a assistência social informar, orientar e referenciar a pessoa com deficiência e suas famílias, bem como ofertar os serviços e benefícios socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar e cadastrar no Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Centro-Dia) ofertado pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carmelo.

Art. 2º - O referido Serviço oferta atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Art. 3º - O Serviço será referenciado ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – e deverá ser incluído no Plano Plurianual de Assistência Social do município.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 07 de março de 2018.

Debora Muniz Quaiatto Machado
DEBORA MUNIZ QUAIATTO MACHADO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo/MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nota nº 64/2018 de Reunião da Comissão de Prestação de Contas do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo, realizada aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda. A reunião contou com a participação de Érina Paula Ferreira / Técnica do Setor de Controle e Gestão, e componentes da Comissão: Érina Soares da Silva, Andreia Cristina Gonçalves, Elene Maria da Silva, Bolimar Luciano Oliveira, e a Presidente, Debora Muniz Quaiatto Machado. Inicialmente, atendendo a ordem do dia, a Sr. Debora, cumprimos todas as participações e juntamente a mesma realizou exploração e disponibilizou documentos, empenhos e relatórios, oportunizando apreciação da Prestação de Contas dos Recursos do Piso Mineiro de Assistência Social referente ao período de 01/07/2017 a 31/12/2017. Ounitom. se acerca dos assuntos.